



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
AO SENHOR HELDER DE MENDONÇA E CUNHA
NOVO EMBAIXADOR DE PORTUGAL JUNTO DA SANTA SÉ
POR OCASIÃO DA APRESENTAÇÃO
DAS CARTAS CREDENCIAIS***

23 de Dezembro de 1983

Senhor Embaixador,

Merecem-me o mais vivo apreço e são motivo de esperança a delicadeza de sentimentos e nobreza de propósitos que manifesta, pessoalmente e da parte de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, neste dia da apresentação das Cartas Credenciais, como Embaixador de Portugal junto da Santa Sé. Agradeço, penhorado; e queira ser intérprete do meu reconhecimento ao Senhor Presidente da República, também por tê-lo designado para esta alta missão, de representar aqui uma nobre Nação, nimbada de uma história gloriosa e que muito estimo.

Antes de enunciar os princípios orientadores da própria actuação, evocou vossa Excelência a Visita Pastoral que tive a alegria de fazer ao seu País, em cujo desenrolar teve intervenção pessoal, no exercício de elevadas funções. Permanece viva em mim tal experiência humana e religiosa; ela deu-me a medida da justeza com que um meu Predecessor, um dia, qualificou Portugal como “ Nação fidelíssima ” à Sé de Roma. Recordo gratamente as jornadas dessa peregrinação apostólica, sob os auspícios da Virgem Santa Maria, que culminou nos solenes actos religiosos que, juntamente com Portugal e o mundo cristão, celebrei no Santuário de Nossa Senhora de Fátima.

Foi a reviver as imagens desse encontro com Portugal e a sua arraigada tradição religiosa – de um Portugal simbolicamente orante e irmanado com o mundo ajoelhado, em torno do Romano Pontífice – que acompanhei as suas deferentes palavras.

Pude aperceber-me, por tais palavras, de que Vossa Excelência compartilha a ideia de a diplomacia ser acto de confiança nos homens: confiança na sua capacidade para a busca e comunhão da verdade, que há-de iluminar o esforço de todos no sentido de salvaguardar e promover a dignidade das pessoas e dos povos, na grande família humana, pela sempre inacabada tarefa de construção da justiça, da paz e da fraternidade.

Sem estima e amor do homem, de facto, a diplomacia como os demais serviços da nobre causa do homem, ficaria sem alma para encarnar o seu papel: ela pode bem constituir uma senda para favorecer a convivência harmoniosa e a prosperidade dos povos, sobre as bases firmes do direito natural e internacional; e sê-lo-á, servindo e animando a procura do bem comum e aquela solidariedade universal, que é demandada por situações e tensões concretas e exige hierarquização de interesses.

É com esta conhecida perspectiva que tenho o gosto de acolher o Representante de um Povo, a cujo modo peculiar de estar no mundo se sentem vinculados, por liames culturais, homens e povos de vasta área geográfica, que comunicam entre si e glorificam a Deus por meio da língua portuguesa. No seu modo de ser e nesse modo de estar no mundo aparecem marcas profundas da multissecular adesão ao Cristianismo e pertença à Igreja católica da maioria dos Portugueses, o que teve visível incidência em boa parte do seu património cultural.

Trata-se de algo precioso, a envolver, como roupagem, a nobre Nação lusíada, exigindo gravidade condigna e traçando rumos de futuro. Esta nobreza sem artifício, enquadrada no presente e vivida pelas gentes pacientes, trabalhadoras e honradas por fidalgas tradições de Portugal, parece encontra-se em momento de procura, não isento de interrogações, como sói acontecer em todas as viragens históricas. No entanto, há que confiar em que os Portugueses serão capazes de conjugar esforços e dar-se as mãos, na construção do futuro próspero pelo qual todos aspiram, com dignidade e liberdade responsável.

Objecto de pressões de toda a espécie e, por vezes, pretexto para recusar a submissão à ordem objectiva estabelecida, esta liberdade responsável não prescinde de julgar as coisas à luz da verdade, de ver as exigências do bem comum e de ter em consideração os outros e de colaborar com eles, em solidária abertura para os destinos da inteira família humana. Em particular, não prescinde do respeito pelos bens e valores intangíveis que pertencem ao património espiritual universal; entre estes, saliento o bem da vida, direito intocável em todos os momentos da existência pessoal, acompanhado do direito ao acesso a tudo aquilo que é necessário para uma vida verdadeiramente humana.

Senhor Embaixador,

Renovando o meu apreço pelos protestos de querer o seu País prosseguir a sintonizar-se com os apelos da Igreja, no sentido do respeito pelos direitos dos homens e dos povos e no sentido de

um inadiável reexame dos intercâmbios e entreajuda das Nações, desejo reafirmar admiração pelo que foi, pelo que é e pelo ideal que se traçou Portugal, de ser uma Nação moderna inserida na Europa e no mundo actual.

E desejo que o feliz desempenho da sua alta missão lhe proporcione alegrias e consolações, consolidando as tradicionais boas relações entre Portugal e a Santa Sé e dando-lhes eficácia. Para isso, encontrará Vossa Excelência aqui o acolhimento, respeito, compreensão e apoio que tem o direito de esperar. E peço, por fim que transmita os melhores cumprimentos ao Senhor Presidente da República; e formulo votos pelas maiores prosperidades de Portugal, sobre o qual imploro copiosas bênçãos de Deus.

*AAS 76 (1984), p. 487-489.

Insegnamenti di Giovanni Paolo II, vol. VI, 2 pp. 1421-1424.

L'Attività della Santa Sede 1983 pp.910-912.

L'Osservatore Romano 24.12.1983 p.5.

© Copyright 1983 - Libreria Editrice Vaticana